



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2017

**MESA:** PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS).

**HORA DE ABERTURA:** 09 horas e 45 minutos.

**PRESENCAS:** António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD), Manuel de Sousa e Silva (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Rogério Fernandes Duarte (PSD), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), em substituição de Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Jorge Martins Oliveira, Secretário da Junta de Freguesia de São Félix em substituição do seu Presidente (PSD), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS).

Estiveram igualmente presentes os Srs. Presidente da Câmara Municipal, Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, e Vereadores Dr. Daniel David Gomes Martins, Dr.<sup>a</sup> Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Dr. José Manuel da Silva Tavares, Dr. Francisco José de Matos e Eng.<sup>o</sup> Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida.

**LOCAL:** Salão Nobre dos Paços do Concelho de S. Pedro do Sul.

**FALTAS:** Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD) e Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD).



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### **ORDEM DE TRABALHOS:**

1. Período de Intervenção do Público.
2. Assuntos da Ordem do Dia:
  - 2.1 - Tomada de Posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança;
  - 2.2 - Aprovação da Revisão do Regimento da Assembleia Municipal;
  - 2.3 - Designação de 2 Representantes para a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de São Pedro do Sul;
  - 2.4 - Relatório sobre a Informação Financeira do 1.º Semestre da Termalístur;
  - 2.5 - Alterações Orçamental e às Grandes Opções do Plano Municipais, motivadas pela arrecadação de receita proveniente do FAM – Fundo de Apoio Municipal;
  - 2.6 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Requalificação de Espaços Lúdicos no Concelho de S. Pedro do Sul – Declaração de Reconhecido Interesse Público”;
  - 2.7 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Proposta de Nomeação de Fiscal Único para a Termalístur”;
  - 2.8 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Proposta de Participação no IRS para 2018”;
  - 2.9 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Proposta de Contratação de Empréstimo a Curto Prazo no Ano de 2018”;
  - 2.10 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Proposta de Contratação de Empréstimo a Médio/Longo Prazo”;
  - 2.11 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o Ano de 2018”;
  - 2.12 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Proposta de Alteração ao Regulamento do Sistema de Indústria Responsável (SIR)”.

Verificada a existência de quórum, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada aberta a presente sessão, procedendo à abertura do **Período de Intervenção do Público**, não se tendo verificado qualquer pedido de intervenção.

O Presidente da Assembleia Municipal deu então início à análise e discussão dos assuntos da **Ordem do Dia**: -----

#### **2.1 - TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:** -----

O Presidente Assembleia Municipal procedeu à chamada ordenada dos novos membros do Conselho Municipal de Segurança, bem como dos que não tinham ainda tomado posse nas sessões anteriores, os quais procederam à assinatura da respetiva Ata de Tomada de Posse.-----

#### **2.2 - APROVAÇÃO DA REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Sobre este ponto, prestou o seguinte esclarecimento: “Perante as lacunas funcionais que nós fomos constatando ao longo do anterior mandato, nós achámos necessidade de “mexer” em três artigos e decidimos, depois de várias reflexões, sujeitar a alteração o artigo 14º fazendo acrescentar um 4º ponto, ponto esse

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

## A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

que achámos por bem que diga e vou citar “Em cada sessão será agendada a data previsível da sessão seguinte”. Isto é, atendendo que a mesa desta assembleia foi alertada para um comportamento desajustado face à necessidade de substituição de um ou outro membro desta Assembleia aquando das convocatórias, porque muitas vezes as nossas vidas têm percalços de última hora e alguns de nós, às vezes, vemo-nos na necessidade de faltar a uma ou outra sessão previamente agendada, pelo que haveria alguma incorreção processual em termos de substituição, entendeu-se que talvez esta fosse a solução, a modalidade melhor para solucionar esse problema e evitar que uma bancada ou outra ficasse desfalcada de um ou outro elemento por impedimento de substituição. É evidente que a marcação das datas das sessões da Assembleia Municipal nem sempre é previsivelmente acertada, mas atenta a experiência que temos, será sempre possível indicar mais ou menos, com uma margem de erro diminuta, o dia exato em que a sessão seguinte decorrerá. E foi nesse sentido que decidimos redigir este texto, que tem uma margem de abertura muito grande e pode permitir aqui alguma flexibilidade em termos de gestão das nossas vidas pessoais para efeitos de uma ou outra substituição em caso de necessidade. Depois o ponto 4 do artigo 20º, que tem a ver com a intervenção do digníssimo público, antes dizia que o período de intervenção do público seguir-se-á ao período de antes da ordem do dia. Ora bem, atentas as vidas pessoais dos nossos concidadãos e para que essas vidas não saiam doravante prejudicadas em termos de eventuais perdas de tempo, entendemos por bem, e isto foi consensual, que o período de intervenção do público antecederá, o período de antes da ordem do dia. Em relação ao artigo 23º, se tem uma parte que foi pacífica em termos de alteração no seu ponto 1, outra parte foi polémica e certamente será polémica aqui e hoje. A parte não polémica diz respeito à parte final, porque a mesa sempre foi dizendo que havia dificuldade na gestão dos tempos de intervenção de cada um de nós e porquê? Porque há aqui uma remissão para o artigo 24º, que nos seus pontos 1 e 2 faz referência a dois tempos distintos e havia aqui uma certa dificuldade em interpretar isto. Então nós, na parte final do ponto 1 do artigo 23º, fizemos constar “tempos individuais definidos no número 2 do artigo 24º”, concretizámos o ponto nº 2. Já na parte inicial deste mesmo ponto 1 é introduzida uma grande novidade para o funcionamento desta assembleia, uma vez que até aqui não havia qualquer condicionamento nas intervenções, a não ser o limite temporal de 60 minutos, que a lei consagra para todo o período e então nós, Partido Socialista, e atendendo a alguns reparos emanados de alguns membros do PS aqui nesta assembleia, fizemos um trabalho comparado de investigação, pegando nos regimentos de vários municípios do nosso país, entendemos por bem usar os critérios e a tabela da Assembleia Municipal de Pombal e pegando nesse exemplo de Pombal e no alerta que o Senhor Presidente da Câmara nos deu sobre a necessidade da sua participação nesses 60 minutos de Antes da Ordem do Dia ser ligeiramente acrescida, porque no regimento anterior ao Sr. Presidente da Câmara Municipal estavam destinados 10 minutos, ele entendeu por bem que ao seu tempo deviam ser acrescidos de mais 5 minutos. Daí nós termos proposto, conforme diz o Anexo A), que o Presidente da Câmara tenha direito a 15 minutos para poder responder a todas as questões que lhe sejam colocadas por um e outro grupo. Depois, para cada um dos Grupos Parlamentares, foram então definidos os tempos de, igualmente, 5 minutos de base para cada um dos grupos e inserir o critério da proporcionalidade: uma vez que o PS tem 13 eleitos e tem 9 Presidentes de Junta, ou seja, 22 membros, e o PSD tem 8 eleitos e 5 Presidentes de Junta, ou seja, 13 membros, a cada um dos 5 minutos de um grupo e 5 minutos do outro foram acrescentados 22 minutos ao tempo do PS e 13 minutos ao tempo do PSD, isto é,



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1 minuto por cada membro desta assembleia. Portanto e totalizando: para o PS - 27 minutos de intervenção, para o PSD - 18 minutos de intervenção, que com os 15 minutos do Senhor Presidente da Câmara totalizam 60 minutos consagrados na Lei. Em relação a este ponto, a colega Mónica Almeida do PSD manifestou a sua discordância, é a sua posição, certamente em nome do PSD, mas nós, sendo maioritários neste órgão, depois de ouvido o nosso grupo, achámos por bem manter esta proposta. No mesmo artigo 23º decidimos acrescentar um 3.º ponto, e que diz “Durante o Período de Antes da Ordem do Dia não devem ser levantados quaisquer assuntos ou pedidos de esclarecimento que estejam contemplados na Ordem do Dia”, algo apalaciano, mas fica clarificado.” Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Relativamente ao grupo de trabalho, deu nota do grande espírito de colaboração que tiveram, mas que, no entanto, tem que manifestar o seu desagrado e o desagrado da sua bancada, dizendo o seguinte “Na democracia, hoje estamos em cima, amanhã estamos em baixo. Eu já estive na situação oposta e aquilo que eu sensibilizei os meus colegas é que nunca me veriam a aprovar o silêncio dos outros deputados. Considero que todos temos direito de intervir, é uma mais-valia para todos nós, pois já somos tão poucos aqui, e isto para mim é uma forma de o PS silenciar o PSD. Eu também manifestei no grupo de trabalho que gostaria, inclusivamente, que estivessem outros partidos nesta Assembleia, porque considero que é uma mais-valia em termos de intervenção e em termos de conhecimentos. Portanto, considero que nós funcionamos até hoje de forma correta, não havia necessidade deste tipo de ponto e se há aqui um problema no Período Antes da Ordem do Dia, e que todos reconhecemos, que é o facto não estarem a ser cumpridos os 60 minutos, isso é um problema da mesa. Relativamente à convocatória, recolhemos um parecer jurídico e temos dúvidas sobre a questão da substituição. Se nos dão agora uma data previsível para daqui a dois ou três meses, como é que nós sabemos se vamos estar ou não presentes? Nós só temos a certeza quando recebemos uma convocatória e quando recebemos a convocatória entre o 8º e o 5º dia era suposto pedirmos a substituição, concordando eu, no entanto, com aquilo que foi acrescentado, que deve haver uma data previsível. Agora perante isto, como devem calcular e por mais que nos custe, a nossa posição tem de ser contra, porque nós consideramos que hoje estamos a limitar a democracia em São Pedro do Sul, é neste ponto que discutimos política e porque nós precisamos todos uns dos outros, e hoje somos nós que estamos em minoria, mas já estive aqui na situação oposta e não é assim que nós conseguimos silenciar ninguém, pelo contrário. Portanto, agradeço que efetivamente a mesa cumpra este regimento e espero que este silenciar do PS funcione e para que a Assembleia Municipal funcione de forma melhor. Eu só queria dar nota de outro ponto, considero que o Sr. Presidente não precisava de mais minutos, considero que 10 minutos é um período de intervenção que estava previsto e era mais que suficiente para responder a todos os deputados, penso que funcionou bem até hoje e permitia aos restantes deputados que aqui estão ter maior período de intervenção, dividido por todos.” Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **22 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Vítor

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

## A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) e **12 votos contra** dos Deputados Municipais António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD), Rogério Fernandes Duarte (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), António Jorge Martins Oliveira, Secretário da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a revisão do Regimento da Assembleia Municipal. -----

**2.3 - DESIGNAÇÃO DE 2 REPRESENTANTES PARA A CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SÃO PEDRO DO SUL: -----**

Presidente da Assembleia Municipal: Informou que devido à saída de dois elementos da CPCJ, há necessidade de se proceder à substituição dos mesmos, designando-se dois novos elementos para a Comissão em causa. A mesa recebeu uma proposta conjunta escrita, do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, nos seguintes termos, passando a constar como Lista A para efeitos de votação: Deputados Municipais António Augusto Ferreira Gomes (PS) e Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD). Procedeu-se à votação da proposta, por voto secreto, tendo-se verificado o seguinte resultado:

- Lista A – 33 (trinta e três) votos a favor e 1 (uma) abstenção.

Perante tal votação foram eleitos para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de São Pedro do Sul:

- António Augusto Ferreira Gomes;
- Lina Pereira de Figueiredo Roque.

**2.4 - RELATÓRIO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 1.º SEMESTRE DA TERMALISTUR: -----**

Presidente da Câmara Municipal: Informou que, efetivamente, houve resultados negativos no 1º semestre de 2017, que as contas são feitas no final do ano e que quando as apresentarem, falarão sobre as mesmas. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Referiu que a bancada do Partido Social Democrata vê com preocupação um resultado líquido negativo de cerca de 563 mil euros alcançado apenas no 1º semestre 2017 e também o aumento dos valores a pagar a fornecedores em aproximadamente 381 mil euros, originado pelo aumento de

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

## A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

cerca de 322 mil euros da dívida do município de São Pedro do Sul, rendas do 1º semestre de 2017, não concordando definitivamente com a gestão que está a ser levada a cabo. Presidente da Câmara Municipal: Em resposta, referiu que a Câmara Municipal recebeu uma herança de 26 milhões de euros de dívidas, para além de outras coisas que entretanto vieram a acontecer, e que no que diz respeito à Termalístur, se a dívida não fosse tão grande, provavelmente não teriam necessidade de ter criado uma Empresa Municipal e aquelas termas poderiam ter continuado nas mãos da Câmara Municipal, empresa essa que não tinha património e ao adquirir património, nomeadamente o Balneário Don Afonso Henriques e o Gerós, teve que contrair um empréstimo para a sua aquisição, teve que contrair dívida, e que é necessário criar amortizações, pagar juros, refletindo-se nestes resultados negativos. Referiu também que a Termalístur está a baixar a dívida que tinha e que irão continuar a baixar a dívida e se realmente a Termalístur teve resultados negativos, as contas fazem-se no final do ano, não se fazem por semestre. Deputado Municipal António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD): Usou da palavra, dizendo que, embora as contas se façam no final do ano, há argumentos que não podem ser utilizados, pois não se pode dizer que há dois anos tiveram-se os melhores resultados de sempre, com lucro, e que agora teve prejuízo e a culpa foi de há 4 anos, de anteriores gestões. Referiu que, embora os gestores, a Câmara Municipal, a empresa e a maior parte dos funcionários sejam os mesmos, uns anos correm melhor que outros, porque estamos dependentes do mercado. Presidente da Assembleia Municipal: Informou que esta questão, hoje, era meramente informativa e que tem um compromisso com a Câmara Municipal de, talvez na próxima sessão, trazer e fazerem uma discussão mais séria e aprofundada sobre este tema. Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva (PS): Referiu também não concordar com estes resultados, mas que ainda é prematuro estarem a debater este assunto e que se tem que aguardar, porque este é o semestre com menos atividade, cuja atividade é mais baixa, e estão a fazer uma análise distorcida. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Disse ter muito orgulho na obra que o PSD deixou nas Termas e se o Presidente da Câmara Municipal herdou uma obra, tem de continuar a pagá-la. Presidente da Câmara Municipal: Em resposta, referiu o seguinte: “A Termalístur teve de contrair uma dívida para adquirir o Balneário Don Afonso Henriques, teve de se endividar, e é claro que agora é necessário pagar as amortizações, é necessário pagar juros, porque se não tivesse criado essa dívida, certamente a Termalístur estaria a dar lucro. É preciso também pagar a renda à Câmara Municipal sob o Balneário Rainha D<sup>a</sup> Amélia, que sempre esteve inflacionado, porque essas verbas davam jeito e continuam a dar jeito para o orçamento da Câmara, e essas rendas têm de ser atualizadas ao valor atual de mercado, ou seja, a Câmara Municipal irá ter menos receita e aí a Termalístur também já terá menos pagamento, o que significa que os resultados negativos que falou também já serão mais compostos. Ao contrário do que foi dito durante a campanha eleitoral, que as Termas de São Pedro do Sul continuam a ser líderes de mercado, nós continuamos a ter 34% de quota de mercado, todas as termas a nível nacional baixaram a quantidade dos seus utentes, e o que conta é que nós continuamos com a nossa quota de mercado. Esperamos é que o Governo reponha as ajudas que estava a dar ao Serviço Nacional de Saúde, que foram retiradas pelo Governo PSD e que agora, felizmente, o Governo do PS irá repor novamente.” -----



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### **2.5 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAL E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO MUNICIPAIS, MOTIVADAS PELA ARRECADAÇÃO DE RECEITA PROVENIENTE DO FAM - FUNDO DE APOIO MUNICIPAL: -----**

A Assembleia Municipal tomou conhecimento das alterações aos documentos referidos em título, tendo-se assistido às seguintes intervenções: Presidente da Câmara Municipal: Fez a seguinte intervenção: “O Governo PSD criou este FAM, que é uma verba que retira ao município de São Pedro do Sul 700 mil euros, ou seja, cerca de 100 mil euros durante sete anos, penso que são estas as verbas que estão em causa. Este dinheiro que é retirado ao município de São Pedro do Sul e que teve a aprovação também de uma Deputada Municipal que na altura estava na Assembleia da República, veio retirar a todos os municípios uma determinada verba para que realmente fosse acudir aqueles municípios que estavam mais endividados, e quando criaram esse FAM - Fundo de Apoio Municipal, foi previsto que as Câmaras Municipais que contribuíssem para esse fundo, reteriam lá uns determinados dividendos e são esses dividendos que estão agora em causa, não foram calculados na contabilidade e na receita da Câmara Municipal e agora iremos ter cerca de 500 ou 600 euros de juros do montante que vai ser restituído e nós temos de criar uma rubrica para que realmente aquela verba possa ser recebida e possa ser enquadrada.” Deputado Municipal António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD): Referiu que, quando foi criado o FAM, as Câmaras Municipais que estavam mais endividadas seriam receptoras daquilo que seria o quantitativo, que havia Câmaras Municipais que eram contribuintes, e que a Câmara Municipal de São Pedro do Sul não era das que estava numa situação de rotura financeira, que tinha de receber das outras, era uma Câmara que pagava para as outras, porque se retiramos a dívida comercial da Termalstur, a dívida da Câmara Municipal de São Pedro era uma dívida relativamente baixa. Disse ainda ser uma satisfação o facto de terem pago até determinada altura aquilo que era a sua obrigação e agora, porque não foi preciso, não foi utilizado, ou foi contabilizado deste modo, estão a receber, pelo que seria uma estupidez não votarem a favor, uma vez que vai haver um benefício para a Câmara Municipal de São Pedro do Sul. Presidente da Câmara Municipal: Em resposta, disse que, efetivamente, a Câmara Municipal de São Pedro do Sul tinha endividamento, que as Câmaras que são receptoras da dívida eram aquelas que estavam completamente endividadas, que não tinham hipóteses nenhuma de poder sobreviver, e que todas as outras foram empurradas, tal como a nossa, para ajudar aquelas que ainda estavam piores que a nossa, que tinha grandes planos financeiros. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, passou-se ao ponto seguinte da Ordem do Dia. -----

#### **2.6 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS LÚDICOS NO CONCELHO DE S. PEDRO DO SUL - DECLARAÇÃO DE RECONHECIDO INTERESSE PÚBLICO": -----**

Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Relativamente a este ponto, referiu não ter recebido informação sobre quais os espaços lúdicos, pois que para poderem votar é preciso conhecer aquilo que estão a votar. Presidente da Câmara Municipal: Em resposta, esclareceu tratar-se de uma candidatura apresentada na ADDLAP, de investimentos na ordem de 80/90 mil euros para o concelho de São Pedro do Sul, em que vai ser feita uma intervenção num espaço em Figueiredo de Alva que é pertença da Associação Cultural de Figueiredo de Alva, vai



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser feita uma intervenção num espaço em Negrelos que é pertença da Associação Cultural de Negrelos e também a continuação da Ecopista em Negrelos (a saída da ponte de Negrelos em direção ao Mirante), bem como partes da Associação de Arcozelo e da Associação de Figueiredo de Alva que fazem parte dessas mesmas associações e, como tal, tem de ser reconhecido o interesse público desses mesmos espaços para que possam lá fazer esses investimentos. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Disse que quando é apresentada uma proposta destas, tem que se dar a conhecer os projetos aos Deputados Municipais para que sejam votados, tem de haver clarificação nas coisas, saber qual o objetivo e o montante, mas atendendo à bondade da proposta e porque consideram que é uma mais-valia para o concelho, a votação da sua bancada irá ser de abstenção. Presidente da Câmara Municipal: Referiu que, se após receber os documentos, se considerava que lhe faltavam alguns, deveria ter-se dirigido ou telefonado aos serviços que certamente lhes teriam facultado. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **28 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD), Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Rogério Fernandes Duarte (PSD), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) e **6 abstenções** dos Deputados Municipais Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), António Jorge Martins Oliveira, Secretário da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

**2.7 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE FISCAL ÚNICO PARA A TERMALISTUR": -----**



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara Municipal: Esclareceu que este fiscal único, que vem desde a altura da constituição da Termalístur, nunca foi substituído, que é um técnico especializado nesta área, uma pessoa altamente especializada, que nunca lhes deu problemas e que está a fazer o trabalho dele, pelo que não acharam necessário estarem a substituí-lo. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Disse concordar com a justificação do Presidente da Câmara Municipal, só que entende também que temos de evoluir. Referiu que, como em tudo, não são perfeitos e também erram e considerando que se trata de um valor avultado, não concordam com a questão do convite, pois deveria haver mais propostas que daria outra capacidade de escolha ao município, pelo que, por esse motivo, vão-se abster, atendendo a que consideram que deve, cada vez mais, haver clareza nestes procedimentos. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **24 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD), Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Rogério Fernandes Duarte (PSD), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), **1 voto contra** do Deputado Municipal José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) e **9 abstenções** dos Deputados Municipais Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), António Jorge Martins Oliveira, Secretário da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

### 2.8 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO NO IRS PARA 2018": -----

Presidente da Assembleia Municipal: Usou da palavra, esclarecendo que a minuta que foi entregue e distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal tinha um lapso no 1º parágrafo: fala em 5% quando deveria ser 4%, ou seja, é aplicado 4% neste primeiro ano, sendo



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o valor global na ordem dos 70 mil euros, que o município não arrecada de receita com esta abdicação de 1%. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Relativamente a esta proposta, propõe que a Câmara abdique da totalidade do IRS para assim ter o benefício de todos os sampedrenses, atendendo a que na campanha política e promessas eleitorais do Partido Socialista era referido a devolução do IRS a todos os munícipes do concelho de São Pedro do Sul. Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva (PS): Referiu que esta proposta vai ao encontro daquilo que apresentaram e prometeram aos eleitores na campanha eleitoral, que era reduzir o IRS, e estão a reduzir 20% que dá 1%, que representa 74 mil euros no valor total. Presidente da Câmara Municipal: Em resposta, referiu o seguinte: “O que nós assumimos durante a campanha eleitoral era a baixa do IRS e é isso que nós estamos aqui a fazer. Nós nunca dissemos se era 1, se era 2, se era 3, se era 4 ou se era 5. Quando a Câmara Municipal era do PSD, a Senhora nunca o propôs. Mas nós estamos aqui a propor e esta baixa irá ser gradual: este ano vai ser 1% que corresponde a 20% daquilo que nós podemos abdicar, para o ano será mais e provavelmente daqui a três anos será mais. Nós estamos a assumir os compromissos que tivemos com os nossos eleitores. Para que todos tenham uma ideia, nós temos uma receita de trezentos e tal mil euros de IRS e, neste momento, estamos a devolver às pessoas de São Pedro do Sul 70 mil euros, a todos os agregados familiares que pagam IRS irão ser devolvidos 70 mil euros, a dividir por cada um. Todos eles irão receber 1% daquilo que realmente pagam. Há pessoas que pagam mais, há pessoas que pagam menos e uns irão beneficiar mais, outros irão beneficiar menos. Este ano será assim e provavelmente para o ano será mais, será feito de uma forma gradual.” Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **22 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), **10 votos contra** dos Deputados Municipais António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD), Rogério Fernandes Duarte (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), António Jorge Martins Oliveira, Secretário da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) e Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e **2 abstenções** dos Deputados Municipais José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

### **2.9 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO ANO DE 2018": -----**

Presidente da Câmara Municipal: Explicou que a Câmara Municipal tinha empréstimos a curto prazo na ordem de 800/850 mil euros, que, gradualmente e em pouco tempo, tem vindo a diminuir, baixando para 500 mil euros, sendo que a tendência do executivo é para o eliminar o mais rápido possível. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **31 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD), Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Jorge Martins Oliveira, Secretário da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) e **3 abstenções** dos Deputados Municipais Rogério Fernandes Duarte (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD) e Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### **2.10 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO/LONGO PRAZO": -----**

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **22 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) e **12 abstenções** dos Deputados Municipais António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD), Rogério Fernandes Duarte (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), António Jorge Martins Oliveira, Secretário da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

#### **2.11 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2018": -----**

Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Em nome do Grupo Parlamentar do PS, apresentou intervenção com o seguinte teor: “Documentos Previsionais para 2018 – Orçamento: É com redobrada satisfação que vemos a situação financeira do município de S. Pedro do Sul consolidada permitindo que o concelho respire e avance rumo ao futuro de forma desinibida, ambiciosa. Depois de no mandato anterior prosseguir uma política de contenção orçamental para reduzir a dívida e os prazos de pagamento, através de um controlo apertado nas contas, o executivo ousa e eleva a fásquia orçamental para a casa dos 29 milhões de euros. Se em 2017 elevou o orçamento para cerca de 22,6 milhões de euros (mais 11% que em 2016), agora acrescenta-lhe cerca de 29%, elevando-o para os ditos 29 milhões. Do equilíbrio



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

orçamental previsto, de salientar que se haverá mais receita corrente (17,6 M€) do que receita de capital (11,6M€), na despesa espera-se mais despesa de capital, isto é, no investimento da qualificação da vida dos sampedrenses (cerca de 16M€) e menos despesa corrente (13,3 M€), o que nos apraz registar. Sobre as receitas globais estimadas, 67% dizem respeito a transferências do Estado Central, com peso significativo das de capital, destinadas ao investimento. No que toca à arrecadação por via dos impostos diretos (cerca de 2 milhões), estes sobem, em relação a 2017, sobretudo à custa da derrama, que incide particularmente sobre as empresas exploradoras de parques eólicos e centrais hidroelétricas. No que tange à rubrica de “Venda de bens e serviços correntes”, que totalizam pouco mais de 2M€, um valor significativamente superior a 2017, tal deve-se, sobretudo, à cobrança de rendas da Escola Básica de S. Pedro do Sul, propriedade do município e ocupada pelo Ministério da Educação. Quanto às transferências de capital, que dizem respeito a dinheiros para investimento no desenvolvimento efetivo do território, registamos o significativo montante de 10,3 M, muito acima do ano corrente, e que resulta de obras vultuosas em curso, ou a iniciar, cofinanciadas pela Europa, como a ETAR intermunicipal, a Valorização da Termas Romanas, o Parque Urbano do Nogueiral e outras. No que concerne ao capítulo da Despesa, apesar da redução do número de funcionários, os custos com pessoal constituem grossa fatia e estimam-se em pouco mais de 6,8 milhões, o que constitui um ligeiro aumento por via da reposição salarial da função pública, aumento do salário mínimo, participação na área da saúde, progressão de carreiras, etc. Como temos vindo a afirmar, ano após ano, é importantíssimo credibilizar a imagem da autarquia junto dos agentes económicos. Desta forma, pagando atempadamente, obtêm-se fornecimentos de bens, prestações de serviços e empreitadas a custos menores, ajudando as empresas envolvidas numa gestão sã dos seus próprios orçamentos e dinâmicas. Assim, e ainda que se trate de um valor pouco significativo, importa realçar, pelo simbolismo e confiança que transmite, a continuada redução nos juros contratados e nos juros de mora em cerca de 100 mil euros. Reiteramos os parabéns, senhor Presidente da Câmara Municipal, pela reposição da credibilidade financeira da nossa autarquia. Sobre a rubrica dos Investimentos, de destacar o aumento exponencial de valores face a 2017, em cerca de 62%, para cerca de 14,7M, valor fortemente participado pelo novo quadro comunitário Portugal 2020. Finalmente, sobre os passivos financeiros, conhecidos como empréstimos bancários a médio e longo prazo, também aqui a CM tem andado bem, ao reduzir em mais 500 000€ os valores em dívida, confirmando a trajetória descendente. Grandes Opções do Plano (GOP): Como sempre acontece, seria fastidioso enumerar todas as obras e intervenções que a CM prevê para o próximo ano. Caso o pretenda, deixamos os realces ao senhor Presidente da CM. Contudo, não podemos passar em claro as GOP previstas para um quadro plurianual de cerca de 27milhões, sendo que 15,8M têm já financiamento definido para 2018 e 3M aguardam financiamento. Desses 15,8 milhões, mais de 11,7M (74%), vai para a Valorização Territorial e Qualificação Urbana, que inclui o Saneamento Básico (mais de 5,7M), a Rede Viária e Sinalização (mais de 1,5M), a Urbanização (cerca de 3M), o Ambiente, Espaços Verdes e Jardins (mais de 1,2M) e o Abastecimento de Água (225 mil). Ainda que com valores bastante inferiores, seguem-se as rubricas do Desenvolvimento Cultural e Desportivo, com mais de 1,3M, da Organização e Modernização Administrativa, com 1M, da Coesão Social e Cidadania com mais de 182 mil, da Promoção da Educação com mais de 452 mil e a Dinamização da Economia Local e do Investimento com cerca de 1M de euros. E quem disser que a nova ETAR em construção em parceria com Vouzela na Quinta de Valgode, ou as novas redes e estações de



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tratamento de esgotos um pouco por todo o concelho não são obras estruturantes nem podem ser plurianuais não sabe qual a importância e complexidade das mesmas. Assim como o abastecimento domiciliário da água pública. Assim como a requalificação das vias municipais. Assim como o novo Parque da Cidade. Ou a requalificação patrimonial que está em curso nas Termas Romanas, uma obra minuciosa e emblemática do ponto de vista histórico e turístico. E quem disser que o Pavilhão Multiusos de S. Cruz da Trapa é obra de feitura rápida está enganado. E quem disser que a administração local não precisa de modernização constante para uma melhor e eficiente prestação dos serviços, continua enganado. Assim como quem disser que o Parque Industrial de Pindelo dos Milagres é para concretizar com um toque de varinha mágica continua enganado. Tudo tem o seu tempo. Embora nem sempre o tempo desejado. Aliás muito bom seria se todos estes problemas básicos tivessem sido solucionados mandatos atrás. Hoje não estaríamos a discuti-los. Só pecam por tardios. Porque estes dois documentos são coerentes, realistas, concretizáveis e honram o programa eleitoral socialista que o eleitorado aprovou em outubro passado, só poderemos aprová-los.” Deputado Municipal António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD): Em relação a estes documentos, disse o seguinte: “Há alguma coerência em termos programáticos daquilo que são os projetos que se candidatam às eleições, muito embora eu sempre defendi, e continuo a defender, que os Senhores Presidentes de Junta não deveriam fazer parte da Assembleia Municipal, deveriam participar, mas não deviam votar, porque têm uma relação institucional, que seria como o Presidente da Câmara fazer parte da Assembleia de República e contrariar o Primeiro-Ministro e os Ministros. Penso que deveria haver aqui uma reformulação. Também nunca cobrei o facto de terem votado de uma maneira ou de outra, mas que, muitas vezes, os Presidentes de Junta possam ter uma posição diversa daquela que é a posição dos membros da Assembleia. O meu amigo e colega Deputado Ferreira Gomes apresentou as suas posições e precaveu-se respondendo logo antecipadamente àquilo que se poderia dizer. Relativamente ao Orçamento, eu penso que em termos financeiros houve aqui uma evolução muito grande por parte das autarquias, sem retirar mérito ao trabalho que foi feito, mas as regras começaram a ficar apertadas com os fundos disponíveis e com maior controlo por parte do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças e, realmente, houve aqui uma obrigação e hoje já não se fala em nenhuma Câmara que esteja em rotura porque houve realmente um grande aperto. Agora isto também não retira o mérito de cumprir com aquilo que são as determinações em termos de gestão financeira e das regras apertadas que estão em curso e, dentro disso, é que se elabora o orçamento e o plano de gestão de documentos fundamentais. O Orçamento é tudo aquilo que se consegue previsionalmente, ou melhor, não se consegue, mas pensa-se conseguir, porque é um documento previsional, e este é realmente um orçamento que reflete aquilo que, e muito bem, é a previsão das obras com a abertura do quadro comunitário que já deveria estar a funcionar há muito tempo, mas que realmente teve aqui um atraso significativo e, portanto, em relação ao Orçamento há o aproveitamento daquilo que são as verbas que poderão estar disponíveis. Votar as contas é não mais que o reflexo do que foi a atividade e as contas ou estão certas, ou estão erradas, e votar contra um documento que é o reflexo daquilo que foi a execução concreta, penso que não faz grande sentido. Quanto ao Plano, já é diferente, esse é que é o verdadeiro documento político. Quando se concorre a eleições e a democracia é isso mesmo, apresentam-se planos de gestão, ou seja, um conjunto de obras para os próximos 4 anos, propõem-se fazer determinadas obras e este é que é o verdadeiro documento político, ou seja, aqui há uma diferença muito grande entre quem apoiou a



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

candidatura do Dr. Daniel Martins, que tinha obras diferentes, era um projeto diferente, era uma visão diferente e o Presidente Vítor Figueiredo, que foi eleito e foi o dele que foi sufragado. Este projeto que foi apresentado, não quer dizer que nós vamos abdicar e passar a defender outro projeto que não era aquele que nós entendíamos que era o mais correto, é pena que tenhamos que votar em conjunto o Orçamento, o Plano e o Mapa de Pessoal e por isso é que eu, por coerência, vou-me abster na apresentação destes documentos, mas em relação ao Plano, obviamente que eu votaria contra, no sentido de que o nosso plano seria diferente, mas como estão englobados dentro da mesma votação, eu vou-me abster.” Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva (PS): Referiu que, de facto, este Orçamento vai na linha daquilo que se comprometeram na campanha eleitoral, congratulando-se com os seus valores, que em relação a 2017 sofre um aumento de 6 000 000 de euros e que houve também o compromisso eleitoral, como por exemplo a valorização do Balneário Romano, o Parque das Nogueiras, o percurso pedonal do Vouga, a segunda fase da Ecopista, o Parque Industrial de Pindelo dos Milagres, o Parque Escolar de Vila Maior e as obras de requalificação dos Paços do Concelho. Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos José Luís Figueiral Morujão (PSD): Disse que, desde que pertence a esta Assembleia Municipal, votou sempre a favor nos Planos e Orçamento, porque refletiam alguma obra, mas que este ano leva para Bordonhos uma “mão cheia de nada”, nem mesmo a estrada de Figueirosa que o Presidente da Câmara Municipal se tinha comprometido fazer, e que não vai votar contra o Orçamento por uma questão de solidariedade para com todos os Presidentes de Junta. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Relativamente aos Orçamentos, disse já se ter abtido, já ter votado contra e já ter votado a favor. Referiu que relativamente às obras que estão previstas para a sua freguesia, vai dar o benefício da dúvida e votar a favor, embora existam obras que são necessárias e prioritárias na sua freguesia que não estão contempladas, nomeadamente estradas intransitáveis no Reguengo, em Favarrel, o caminho na Mota e a estrada de Ribas, que há muito tempo que andam a ser reclamadas à Câmara Municipal. Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos José Luís Figueiral Morujão (PSD): Usou novamente da palavra, dizendo estar chocado pelo facto da Zona Industrial do Alto Barro não ter ficado contemplada, que tem sido consecutivamente consagrada uma verba na Zona Industrial mas que não tem sido nada feito, não tem sido utilizada, achando lamentável estar naquela miséria. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Interveio, dizendo o seguinte: “Agradeço o excelente trabalho que tem sido feito pelo Vereador da oposição Daniel Martins, porque nos permite fazer um quadro que diz exatamente o que têm sido as Grandes Opções do Plano nos últimos anos, a saber: 2015 - ETAR, Pavilhão Multiusos de Santa Cruz da Trapa, Parque Urbano da Cidade, Ecopista, Saneamento; 2016 – novamente ETAR, Ruínas Romanas, Pavilhão Multiusos de Santa Cruz da Trapa, Parque Urbano da Cidade, Ecopista, Saneamento, Parque Industrial e Empresarial de Pindelo dos Milagres (tivemos novidades); 2017 - ETAR, Ruínas Romanas, Pavilhão Multiusos de Santa Cruz da Trapa, Parque Urbano da Cidade, Ecopista, Saneamento, Parque Empresarial de Pindelo dos Milagres (descubra as diferenças); 2018 - ETAR, Ruínas Romanas, Pavilhão Multiusos de Santa Cruz da Trapa, Parque Urbano da Cidade, Ecopista, Saneamento, Parque Empresarial de Pindelo dos Milagres, (descubra as diferenças). Isto é que são as Grandes Opções do Plano? Há quantos anos?” Presidente da Câmara Municipal: Em resposta às intervenções feitas, referiu o seguinte: “Em relação ao que disse o Deputado António Carlos, não concordo consigo no que diz respeito ao

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

facto dos Presidentes de Junta poderem ser influenciados de uma forma ou de outra. Eu, enquanto Presidente de Câmara, não tenho qualquer problema em contrariar um Primeiro-Ministro, ou Ministro, aliás já o fiz o ano passado aquando do grande incêndio de São Pedro do Sul, em que fui o único Presidente de Câmara Municipal a nível nacional que exigiu a abertura de um inquérito, inquérito esse que, segundo parece, estará feito, mas que ainda não terão apresentado publicamente. Não foi por falta de pressão do Presidente de Câmara Municipal e fiz essa pressão mesmo com o partido pelo qual fui eleito para a Câmara Municipal, não tenho qualquer problema em contrariar os nossos governantes. De forma que os senhores Presidentes de Junta podem votar da forma como bem entenderem, porque não será por isso que poderão ter mais ou menos obras. No que diz respeito à questão da desorganização dessa bancada, reconheço que realmente há desorganização quando, por exemplo, na votação do fiscal único, pessoas que estiveram ligadas à Câmara e sabiam a competência do fiscal único votaram de uma determinada forma e o resto da bancada votou de outra forma, quem votou a favor não conseguiu transmitir aos outros qual poderia ser a vantagem em ser essa pessoa. Relativamente ao que disse o Presidente da Junta de Bordonhos, o senhor ou não viu o Plano de Atividades para a sua freguesia ou então anda desatento, porque nunca a freguesia de Bordonhos teve um investimento tão grande como o que estamos a efetuar em Bordonhos. Estamos a efetuar em Bordonhos um investimento perto de 400 000€ para colocarmos o saneamento naquela freguesia e quando nós falamos na obra da ETAR, não estamos apenas a falar na sua construção, estamos a falar também nas ligações de Pouves, de Arcozelo, de Bordonhos, de Pinho, e vai haver uma central elevatória em Bordonhos para tirar todos os esgotos que estão no Parque Industrial, construído há mais de 15 anos, em que os esgotos estavam a ser conduzidos para uma fossa completamente cheia e que estava a transbordar para os riachos. Mas como as obras de saneamento não se veem, só se preocupa com o alcatrão e a estrada que falou esteve sempre em terra batida, não percebo onde é que andou todos estes anos que, com uma Câmara do PSD, não conseguiu alcatroar a estrada que hoje aqui vem pedir, como também nunca se lembrou que havia na Zona Industrial um terreno da Sicornete de 6 hectares. Nós já encetámos contactos nesse sentido, mas não podemos obrigar a empresa a fazer o que queremos, e para expropriar é preciso pagar e nós, neste momento, para além de não termos condições financeiras para expropriar, não há ninguém que queira investir em Bordonhos, as pessoas hoje em dia querem investir perto das autoestradas e Bordonhos está longe dessas vias. Sobre o que disse o Presidente da Junta de Carvalhais, o senhor pode dar o benefício da dúvida, mas a dúvida já está a ser resolvida e o senhor sabe disso. Nós andamos, neste momento, a fazer o saneamento em Casal da Renda, em Barbas, obras que o senhor tem acompanhado, estamos neste momento envolvidos num grande projeto para resolver a questão do saneamento na freguesia de Carvalhais e o senhor sabe disso. No que diz respeito a este Orçamento em concreto, tem um orçamento de 29 000 000€ de verbas para obras, as receitas da Câmara Municipal andam na ordem de 16/17 milhões, tudo o resto tem de ser com participações. É um Orçamento muito superior ao que tem acontecido nos últimos anos e isso só será possível se nós conseguirmos as candidaturas que aqui estão plasmadas neste Plano de Atividades, se conseguirmos dinheiro para financiar e se nós não colocássemos estas obras neste Plano de Atividades, mesmo que elas viessem a ser participadas, nós não as poderíamos executar, é por isso que nós preferimos arriscar e colocá-las com as verbas que nós entendemos que são as necessárias. É claro que se elas não forem participadas não iremos concretizar o nosso Plano de Atividades em 100%,



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não nos venham a acusar no futuro que nós não cumprimos o que estava no nosso Plano de Atividades. Já temos participações em muitas obras: para o Parque da Cidade, para o Parque Empresarial, para a ETAR e para todos os efluentes que já falámos, para as Ruínas Romanas, para a requalificação do edifício dos Paços do Concelho, para a requalificação das margens do Vouga, para o saneamento de Bordonhos, para o saneamento e abastecimento de água para Figueiredo de Alva e para Serrazes, mas existem aqui uma série de obras que, neste momento, ainda não temos a certeza se realmente serão aprovadas: os passadiços de Manhouce, algumas obras de saneamento, a segunda fase da Ecopista, iremos ajudar a Junta de Freguesia de Sul a fazer um projeto para as encostas de São Macário, iremos ajudar a Junta de Freguesia de São Pedro para fazer um projeto para praias fluviais em São Pedro do Sul, tudo obras que iremos candidatar, que sendo aprovadas, já estão aqui preparadas para poder avançar. Relativamente ao trabalho que a Sr<sup>a</sup> Eng<sup>a</sup> Mónica falou, as obras têm de nascer assim: primeiro tem de comprar os terrenos, depois têm de se fazer os projetos adequados àqueles terrenos, depois é preciso submeter as candidaturas, depois é preciso que as candidaturas sejam aprovadas, depois é preciso lançar concursos, depois é preciso ver se os empreiteiros não reclamam uns dos outros, depois é preciso ir para Tribunal de Contas, depois é preciso entregar a obra e depois é preciso que o empreiteiro que ganha a obra comece logo de imediato e isto demora anos. Há uma série de obras que estão neste momento em execução: a obra do Pavilhão de Santa Cruz da Trapa, que está numa fase final, está praticamente pronta, mas que agora é preciso pagá-la e é preciso entrar para o próximo ano, porque se as faturas são entregues este mês, nós andamos a pagar a sessenta dias; a obra da ETAR; as Ruínas Romanas neste momento estão em execução, é claro que a obra das Ruínas Romanas é uma obra complexa e que demora tempo. Relativamente ao Parque Empresarial, o serviço onde a senhora está agora a trabalhar foi o maior entrave, só com o ICNF estivemos três anos para resolver o problema. A Ecopista está concluída, a CIM Dão Lafões fez a candidatura para a 2<sup>a</sup> fase que engloba parte de Viseu, São Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades e, neste momento, estamos a fazer uma outra candidatura para as Termas. As coisas estão todas a andar, agora demoram o seu tempo e só quem não está habituado a concursos públicos, a lançar obras, é que poderia ter falado da forma que a senhora Deputada Municipal falou.” Deputado Municipal António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD): Usou novamente da palavra, esclarecendo que quando falou dos Presidentes de Junta, disse que eles deviam participar na Assembleia Municipal na discussão, mas não na votação, e que não quis dizer que o Presidente da Câmara de São Pedro do Sul se baixaria aos governantes, até porque os membros da Assembleia da República e as bancadas têm uma disciplina de voto e os Presidentes de Câmara ficariam sujeitos a essa disciplina de voto, o que não faria sentido em assuntos que fosse do interesse do seu concelho, porque um Presidente de Câmara representa o seu concelho, não representa o País, assim como também os Presidentes de Junta representam a sua freguesia, nunca poderá ser um elemento de observação geral no desenvolvimento do concelho, pois para ele o concelho começa e termina nas fronteiras da sua freguesia. Relativamente às obras, referiu o seguinte: “Obviamente quando terminou o mandato em que eu era Presidente da Câmara, ficou o Centro Escolar, que era uma obra que estava em desenvolvimento. Realmente não haviam projetos, cada executivo elabora os seus projetos mediante o quadro comunitário que entra em execução, porque nem todos os quadros comunitários servem o mesmo âmbito de obras, ou seja, nós para começarmos a elaborar os projetos temos primeiro saber os quadros comunitários, quais são os eixos fundamentais que nos estão acessíveis. Obviamente que



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ficaram obras em execução e que foram obras importantes como o Centro Escolar e a Requalificação Urbana e também não vou dizer que se fosse outra Câmara que lá estivesse ela também não fosse feita, cada um no seu tempo tenta fazer o máximo de obra que pode. Agora, há aqui uma coisa que nós temos de refletir: a questão de essas obras entrarem sistematicamente no plano. Não me choca que o quadro, tendo entrado como entrou uns anos depois, tenha levantado problemas à execução e ao financiamento das obras e, portanto, este será o mandato em que o Senhor Presidente terá de provar, realmente, a demora que houve na entrada em vigor do quadro comunitário. Por parte da Câmara Municipal houve uma celeridade em fazer esse aproveitamento e é isso que todos nós esperamos, porque todos nós vivemos em São Pedro do Sul, todos nós queremos o melhor para São Pedro do Sul.” Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **24 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) e **10 abstenções** dos Deputados Municipais António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD), Rogério Fernandes Duarte (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), António Jorge Martins Oliveira, Secretário da Junta de Freguesia de São Félix (PSD) e Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

#### 2.12 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SISTEMA DE INDÚSTRIA RESPONSÁVEL (SIR)": -----

Vereador Francisco José de Matos: Explicou que esta alteração tem a ver basicamente com a adaptação dos nossos regulamentos à legislação que, entretanto, surgiu, em que a Assembleia da

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

## A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

República e a legislação atual tende a facilitar a instalação de pequenas indústrias nas localidades e nas edificações, sejam elas armazéns, vivendas ou indústrias, de maneira a poderem coexistir com a utilização que a edificação anterior tinha, o que anteriormente não era permitido, principalmente no que tocava a produtos alimentares, e hoje isso é permitido, sendo a Câmara Municipal a entidade coordenadora dessas indústrias. Referiu ainda que, felizmente, começaram a surgir no nosso concelho pequenas indústrias de doçaria, de enchidos e até de artesanato com algum pendor e com alguma dimensão, que estão a gerar riqueza para o concelho, que podem evoluir economicamente, financeiramente e podem, inclusivamente, expandir algumas pequenas indústrias, que estavam, por via dessa obstrução legal, impedidos de encetar. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Referiu ter conhecimento desse trabalho realizado há algum tempo, por outros municípios, não sendo uma legislação recente e que terá, no mínimo, dois anos. Vereador Francisco José de Matos: Respondeu que alguma dela, a mais antiga, sim, a mais nova não, referindo que o nosso governo também trabalha muito na fabricação de legislação nova. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 12 horas e 10 minutos, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelos Presidente e Secretários da Mesa.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,**

**OS SECRETÁRIOS,**